



PREFEITURA DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO

Estado do Espírito Santo

Conceição do Castelo – ES, 27 de novembro de 2025.

OF. GAB/PMCC nº. 483/2025

Ao Excelentíssimo Senhor:
HUMBERTO ANTONIO DA ROCHA
Presidente da Câmara de Vereadores de Conceição do Castelo - ES

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei Complementar para apreciação e aprovação.

Exmº. Srº. Presidente,

Vimos por meio deste, ENCAMINHAR a Vossa Excelência o Projeto de Lei, conforme detalhamento abaixo, para apreciação e aprovação:

PROJETO DE LEI Nº. 144/2025: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E OUTROS.

Sem mais para o momento,

Assinado digitalmente por VALBER DE VARGAS FERREIRA
VALBER DE VARGAS FERREIRA
DN: cn=VALBER DE VARGAS FERREIRA, o=PMCC, ou=Conceição do Castelo, email=certificadomvncont@hotmail.com
Data: 2025.11.27 09:57:38 -03'00'

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito de Conceição do Castelo/ES



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10630/2025

Tipo: Projeto de Lei Executivo: 144/2025

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 02/12/2025 11:19:27

Procedência: Valber de Vargas Ferreira - Prefeito Municipal

Assunto: Autoriza o Município de Conceição do Castelo - ES a firmar Termo de Cooperação Técnica com instituição de longa permanência para idosos e outros.





PROJETO DE LEI Nº 144/2025

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E OUTROS.

O PREFEITO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica com Instituição de acolhimento para idosos, visando abrigar idosos em situação de vulnerabilidade social.

Parágrafo Único. O Termo de Cooperação fará parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O convênio de que trata o art. 1º desta lei terá por objeto a prestação de serviços de acolhimento institucional de idosos em situação de vulnerabilidade social, incluindo serviços de alojamento, alimentação, higiene, cuidados médicos e de enfermagem, atividades de lazer e recreação, entre outros, comprovada a situação de vulnerabilidade.

Art. 3º Serão assistidos por este convênio apenas os idosos em situação de vulnerabilidade social com grau de dependência I, II e III.

Art. 4º Do grau de dependência do idoso:





I - Grau de Dependência I - idosos independentes, mesmo- que requeiram: uso de equipamentos de auto-ajuda;

II - Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividade de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada;

III - Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

Art. 5º O convênio terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja interesse e conveniência entre as partes, observadas às disponibilidades financeira e orçamentária.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação específica a ser consignada no orçamento municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2025.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Conceição do Castelo- ES, 27 de novembro de 2025


VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito de Conceição do Castelo – ES





JUSTIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº. 144/2025

COLEND A CÂMARA,
SENHORES VEREADORES,

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o município de Conceição do Castelo/ES a celebrar convênio com Instituições de acolhimento para idosos, visando a prestação de serviços de acolhimento institucional de idosos em situação de vulnerabilidade social.

A celebração do convênio é de grande importância para a cidade, uma vez que permitirá a oferta de serviços especializados de cuidado e acolhimento de idosos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e para a valorização da terceira idade.

Os idosos assistidos por este convênio são aqueles com grau de dependência I, II e III, conforme estabelecido na Resolução - RDC n.º 283, de 26 de setembro de 2005 do Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Vide: Resolução - RDC n.º 283, de 26 de setembro de 2005 - Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.*

A seleção da instituição parceira foi realizada por meio de consulta a diversas instituições de acolhimento do estado do Espírito Santo, entretanto, a única que possui vagas para suprir as necessidades dos munícipes é a referida instituição de acolhimento. Por se tratar de instituição localizada em município fronteiro, auxilia na adaptação dos idosos ao local de acolhimento, uma vez que será possível a visita dos familiares de forma periódica.

A localização da instituição ainda, auxilia a equipe de apoio psicossocial do município, uma vez que os gastos com deslocamento de reduzem grandemente, em comparação às instituições localizadas no norte do estado, que seriam as outras únicas instituições com vagas para suprir as necessidades do município, desse modo, o interesse público deve ser colocado em voga.





CONCEIÇÃO DO CASTELO
PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

Por se tratar de Projeto de Lei que visa a proteção de idosos em situação de grande vulnerabilidade social, sanitária e de saúde, esperamos contar com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei, fundamentada a presente demanda no art. 16, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, vide: *"Prestar serviços fora da jurisdição ou território do Município, salvo, por força de convênio, que por sua natureza traga benefícios para o Município, o qual para ser firmado dependerá de autorização específica da Câmara Municipal, ressalvado apenas os casos de emergência e calamidade pública devidamente comprovados"*.

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável.

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Conceição do Castelo/ES, 27 de novembro de 2025.


VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito de Conceição do Castelo – ES





TERMO DE CONVÊNIO Nº xxx/2025

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.570/0001-98, com sede na Avenida José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor VALBER DE VARGAS FERREIRA, brasileiro, residente e domiciliado na XXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXX e no RG sob o nº XXXXX SPTC/ES, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com sede na Av. José Grilo, 400, inscrito no CNPJ nº 15.003.550/0001-31, neste ato representado pela Sra. XXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXXX e no RG sob o nº XXXXXX, doravante denominado INSTITUIÇÃO XXXXXXXX, situada na xxx, nº xxx, Bairro xxx, cidade xxx, ES, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA,, neste ato representada pelo seu presidente o senhor xxxxxx, portador do CPF Nº xxxx e RG sob o nº xxxx SPTC/ES, residente no endereço xxxx, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se realização de Chamamento Público, conforme Lei nº 13.019/2014 e 13.204/2015 e cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração tem por objeto o acolhimento institucional das Senhoras xxxxxxxx.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 - São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de assistência social destinado às pessoas com necessidade de acolhimento, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo.

2.2 - Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, o "Serviço Pedagógico Específico", assim como a efetivação da Política de





Assistência Social ou saúde por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos usuários atendidos previstos no Plano de Trabalho.

2.3 - Executar programas e projetos que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos usuários.

2.4 - Realizar serviços de atendimento à pessoa acolhida conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos.

2.5 - Realizar de forma continuada, permanente e: planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993 (LOAS), e respeitadas as deliberações do CNAS.

2.6 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA e vice versa,

2.7- Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo.

2.8 - Encaminhar à CONTRATANTE, para fins de acompanhamento e fiscalização da Comissão de Fiscalização do Termo de Colaboração, até o dia 05 do mês seguinte, a relação contendo o nome do usuário atendido, sua idade e especialidade em que foi atendido.





2.9 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição.

2.10 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem à disposição dos servidores da CONTRATANTE.

2.11 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), eventualmente cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA.

2.12 - prestar contas, perante a administração Municipal de Conceição do Castelo-ES, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, ficando vinculado à prestação de contas ao recebimento dos recursos financeiros aplicados no mês imediatamente anterior.

2.12.1 - Manter por um período de 10 (dez) anos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõe a prestação de contas.

2.12.2 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

2.13 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração, sendo:

a) despesas na forma prevista no artigo 70 da LDB (Lei nº 9394/96), LOAS (Lei nº 8742/93) Lei do SUS ou outras eventuais constantes no Plano de Trabalho.

b) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria.

c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da





parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija.

e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria.

f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.14 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados.

2.15 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3 - São compromissos do Município:

3.1 - Transferir os recursos a CONTRATADA conforme previsto neste termo;

3.2 - Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3 - Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA.





3.4 - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

3.5 - Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo.

3.6 - Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal.

3.7 - Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

- a) atrasos e irregularidades na prestação de contas;
- b) aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;
- c) não cumprimento do Plano de Trabalho;
- d) falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8 - Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.





4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 - O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o valor de R\$ xxxxx, mensais a partir da assinatura deste no exercício financeiro de 2026. Para este exercício, valor total de R\$ xxxxx.

4.2 - A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco oficial.

5 - CLÁUSULA QUINTA- DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1 - O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA, trimestralmente, a partir da assinatura deste termo.

5.2 - O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

5.3 - A execução do presente termo de convênio será acompanhada pela Secretária Municipal de Assistência Social, senhora xxxxxx (Gestora) e fiscalizada pela Servidora xxxxxx, nos termos da Lei 13.019/2014.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6 - O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de xxxxx, podendo ser prorrogado.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO





7 - O presente instrumento em caso de descumprimento, pode ser rescindido, a qualquer tempo, por ambas as partes apuradas as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que; não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada mês, conforme previsto na cláusula segunda, item 2. 12.

8.2 - A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.2.1 - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

8.2.2 - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

8.2.3 - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade.

8.2.4 - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

9 - CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES





9.1 - O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 - Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10 - As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária: xxxxx.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, eventualmente pelo Decreto Federal nº 8.726/2016.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO DE ELEIÇÃO

12.1 - Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Conceição do Castelo- ES, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

12.2 - E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Conceição do Castelo/ES, 27 de novembro de 2025.






CONCEIÇÃO DO CASTELO
PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito de Conceição do Castelo – ES

PROTOCOLO GED Nº	xxx/2025	TERMO DE CONVÊNIO	xxx
UNIDADE GESTORA	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CNPJ	15.003 550/0001-31
VALOR DO CONTRATO	R\$xxxx	VIGÊNCIA	xxxxx
CONTRATADO	xxxxxx		
FISCAL	xxxxx		

Conceição do Castelo/ES, 27 de novembro de 2025.


VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito de Conceição do Castelo – ES



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA LEI COMPLEMENTAR nº 101/2000, AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentária-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora,

CONSIDERANDO o projeto de lei que tem por objeto a prestação de serviços de acolhimento institucional de idosos em situação de vulnerabilidade social, incluindo serviços de alojamento, alimentação, higiene, cuidados médicos e de enfermagem, atividades de lazer e recreação, entre outros, comprovada a situação de vulnerabilidade.

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Segue memória de cálculo:

Exercício de 2026			
	Valor unitário estimado mensal	Nº residentes	Valor Anual
Grau de Dependência I	R\$ 5.150,00	2	R\$ 123.600,00
Grau de Dependência II	R\$ 6.175,00	2	R\$ 148.200,00
	R\$ 11.325,00	4	R\$ 271.800,00

ESTIMATIVA DE GASTOS

Discriminativo	Exercício 2026	Origem dos Recursos
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 271.800,00	Rec. Estadual

A correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu caput – in verbis.

Art.16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;

II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL (X) Adequada () Inadequada	A Despesa objeto do presente estudo está compatível com o PPA.
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (X) Adequada () Inadequada	É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício financeiro de 2026
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (X) Adequada () Inadequada	Existe Dotação Orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual para atender as despesas decorrentes nas seguintes





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

rubricas: 3.3.50.41.00000

Fonte de Recursos: Recurso Estadual

Conceição do Castelo - ES, 28 de Novembro de 2025.

TALITA
CASAGRANDE
LACHINI

Assinado digitalmente por TALITA
CASAGRANDE LACHINI
DN: cn=TALITA CASAGRANDE
LACHINI, o=ICP-
Brasil, ou=prefeitura,
email=certificadomvncont@hotmail.com
Data: 2025.11.28 09:24:29 -03'00'

Talita Casagrande Lachini
Contadora

VALBER DE VARGAS
FERREIRA

Assinado digitalmente por VALBER DE
VARGAS FERREIRA
DN: cn=VALBER DE VARGAS
FERREIRA, o=ICP-
Brasil, ou=prefeitura,
email=certificadomvncont@hotmail.com
Data: 2025.11.28 09:28:46 -03'00'

Valber de Vargas Ferreira
Prefeito Municipal



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.